

***GLOBAL SAÚDE
BIOTECNOLOGIA S.A***

*Demonstrações Contábeis para os Exercícios
Findos em 31 de Dezembro 2021 e
31 de Dezembro 2020.*

GLOBAL SAÚDE BIOTECNOLOGIA S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.386	4
Contas a receber	5	1.498	229
Estoques	8	831	1.089
Créditos tributários	7	-	3
Adiantamentos	6	4	6
Total		<u>4.719</u>	<u>1.330</u>
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos e Cauções		9	9
Imobilizado líquido	9	354	411
Intangível líquido	10	1.305	-
		<u>1.668</u>	<u>420</u>
TOTAL		<u><u>6.387</u></u>	<u><u>1.751</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE:			
Fornecedores	11	147	1
Pessoal encargos e benefícios	12	5	-
Obrigações fiscais	13	90	15
Empréstimos e Financiamentos	15	967	-
Parcelamentos Fiscais	14	29	-
Total		<u>1.239</u>	<u>16</u>
NÃO CIRCULANTE:			
Empréstimos e Financiamentos	15	-	5.965
Empréstimos partes relacionadas	15	1.000	1.180
Parcelamentos Fiscais	14	84	-
Total		<u>1.084</u>	<u>7.145</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Capital social	16	9.827	50
Reserva de Lucros		(5.764)	(5.460)
Total do patrimônio líquido		<u>4.064</u>	<u>(5.410)</u>
TOTAL		<u><u>6.387</u></u>	<u><u>1.751</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GLOBAL SAÚDE BIOTECNOLOGIA S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quantidade e valores por quota)

	Nota explicativa	2021	2020
<u>OPERAÇÕES CONTINUADAS:</u>			
RECEITA DE VENDAS:			
Vendas no país e exterior	17	3.706	1.050
Custos das atividades	18	<u>(1.206)</u>	<u>(971)</u>
LUCRO BRUTO		2.501	79
Despesas gerais e administrativas			
Despesas comerciais	19	<u>(2.482)</u>	<u>(1.100)</u>
		<u>(92)</u>	<u>(68)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(73)	(1.089)
Resultado financeiro	20	<u>(156)</u>	<u>(87)</u>
Outros Resultados Operacionais		<u>(45)</u>	<u>0</u>
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(275)	(1.176)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16	<u>(28)</u>	<u>0</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>(303)</u></u>	<u><u>(1.176)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

GLOBAL SAÚDE BIOTECNOLOGIA S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Resultado abrangente total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	50	(4.284)	(4.234)	
Prejuízo do exercício		(1.176)	(1.176)	(1.176)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	50	(5.461)	(5.411)	
Aumento de capital	9.777		9.777	
Prejuízo do exercício		(303)	(303)	(303)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	9.827	(5.764)	4.064	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

WORK E COMPANY DESIGN DE PRODUTO DIGITAL LTDA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	(303)	(1.176)
Ajustes para conciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	63	63
Diminuições (aumentos) nos ativos		
Contas a receber	(1.269)	202
Créditos Tributários	3	(1)
Adiantamentos	2	11
Estoques	258	171
Aumentos (diminuições) nos passivos		
Fornecedores	147	(5)
Obrigação com Pessoal	5	(1)
Obrigações fiscais	75	1
Outros contas a pagar	113	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(907)	(735)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	(6)	(10)
Aquisição de ativo intangível	(1.305)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.311)	(10)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	9.777	-
Captação (Liquidação) de empréstimos	(5.178)	422
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	4.599	422
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES	(2.382)	323
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4	327
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	2.386	4
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.382)	323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A GLOBAL SAÚDE BIOTECNOLOGIA S.A é uma empresa brasileira de biotecnologia integrante da Sustainable Community Development, um grupo que atua em mais de 30 países e com mais de 18 anos de experiência e pesquisa em biotecnologia. Possuímos tecnologia própria e superior, além de centros de pesquisas que atuam em parceria nos Estados Unidos e Europa, aperfeiçoando e desenvolvendo soluções visando um resultado eficiente e simples para os mais variados problemas diários. Seu objeto social é a produção e comercialização de produtos biotecnológicos naturais, com microrganismo não modificados geneticamente e caracterizados como Bioinsumos. A Sociedade tem a sede e foro localizada na Cidade de Pouso Alto no estado de Minas Gerais Rodovia BR354 n°925 - Centro.

1.1 Impacto do Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global e em 11 de março de 2020 passou a tratar a doença como uma pandemia. Desde então, a Empresa se manteve atenta aos impactos causados pela pandemia, implementando protocolos para a continuidade das operações e instituindo medidas conforme as recomendações usualmente divulgadas pelos órgãos de saúde e controle.

A Administração da Empresa vem monitorando os protocolos implementados, os impactos e possíveis incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam impactar significativamente as operações da Empresa. Contudo, os efeitos da pandemia do Coronavírus (Covid-19) não trouxeram impactos relevantes nas estimativas utilizadas na avaliação dos valores recuperáveis de ativos e não impactaram significativamente o resultado operacional da Empresa.

As atividades da Empresa não foram paralisadas em função da Pandemia, uma vez que são regulamentadas como atividades essenciais pelo Decreto 10.282/2020 e Lei 13.979/2020.

1. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, entretanto, existem algumas poucas diferenças, nenhuma afetando a Sociedade.

1.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

1.2 Ajustes a valor presente

Quando aplicável os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. As principais fontes de receita são descritas a seguir:

- *Receita de serviços* – A receita de serviços é apropriada quando os serviços prestados são formalmente reconhecidos e aprovados pelos clientes e a garantia de recebimento é razoavelmente assegurada;
- *Juros (receita financeira)* – A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

1.3 Moeda estrangeira

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o real. Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional (o real), são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício, sendo a variação cambial daí decorrente reconhecida no resultado do período em que ocorreram.

1.4 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa somente os impostos correntes. A Sociedade não possui impostos diferidos.

A Companhia optou pelo regime de tributação do lucro presumido. De acordo com a legislação brasileira em vigor, a alíquota nominal do imposto de renda é de 15% da

presunção da atividades de suas atividades, mais um adicional de 10% para valores superiores a R\$ 240.000. A contribuição social é calculada á alíquota de 9% sobre da presunção da atividades de suas atividades.

1.5 Imobilizado e Intagível

A Sociedade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas quando aplicável, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Sociedade; (ii) o ativo imobilizado da Sociedade é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais.

Os ativos imobilizados estão ao valor de custo de aquisição (todos os custos necessários à colocação do bem em operação, incluindo a capitalização de custos de empréstimos, quando aplicável), deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro, quando aplicável, são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

1.6 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

A Sociedade revisa anualmente o valor recuperável dos seus ativos tangíveis, a maior parte desses ativos correspondem a imóvel, móveis e equipamentos de informática. Os ativos que têm vida útil indefinida e não sujeitos à amortização têm sua recuperação testada anualmente, enquanto que os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisados pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. As perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o maior valor provável de recuperação de um ativo de vida longa, calculado (a) pelo seu valor em uso (valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros), ou (b) valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda.

1.7 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Sociedade não possui contrato oneroso em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Reestruturações

A provisão para reestruturação é reconhecida quando a Sociedade tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação. A Sociedade não possui plano de reestruturação, sendo assim, não foi registrada provisão para reestruturação.

1.8 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando da assinatura, por parte da Sociedade, de contratos de prestação de serviços, empréstimos, financiamentos, mútuos, e outros instrumentos afins.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, incluindo os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros.

1.9 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A Sociedade não possui empréstimos e não tem o costume de cobrar juros sobre seus recebíveis em atraso.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do contas a receber é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Baixa de ativos financeiros

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado. Em 2020 e 2019, a Sociedade não efetuou baixa de ativos financeiros.

1.10 Passivos financeiros

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos passivos financeiros da Sociedade:

a) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

b) Contratos de garantia financeira

A Sociedade não possui contratos de garantia financeira.

c) Baixa de passivos financeiros

A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas

e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide nota explicativa nº 3.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Sociedade em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade de a Sociedade manter esses ativos até o vencimento.

3.2 Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

Recuperação de ativos de vida longa (“impairment”)

Conforme premissas descritas na nota 2.7 – Redução de valor recuperável de ativos tangíveis

Vida útil dos bens do imobilizado

A Sociedade considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável.

Não houveram alterações nas estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Administração considera a vida útil econômica previamente estimada como adequada.

Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas 2.10 e 2.11, a Sociedade usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.3 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Administração revisou seus ativos e passivos financeiros e entende que as novas orientações do IFRS 9 não geram impactos significativos na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros. Os contratos são reconhecidos como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não é esperado impacto na classificação e mensuração desses instrumentos financeiros.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Administração avaliou todos os seus contratos com clientes e não identificou alterações no método de reconhecimento das suas receitas. O padrão de transferência dos serviços da Sistac é homogêneo, visto que, o serviço é prestado com base nas diárias definidas em contrato. Existe um padrão consistente de transferência de serviços durante o período do contrato. O preço de transação deve ser reconhecido mensalmente de acordo com a prestação dos serviços.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Aplicações financeiras	2.382	4
Total	2.382	4

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se ao investimento em CDB desde Out/2021, sendo remunerado a taxa de 100% CDI

5. CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Contas a receber	1.498	229
Outros	24	-
	1.522	229
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24)	-
Total	1.498	229

O saldo da conta “Contas a receber de clientes” inclui valores (vide a análise por vencimento) vencidos no final do período de relatório, para os quais a Sociedade não constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores ainda são considerados recuperáveis. A Sociedade não tem garantias para esses saldos nem tem o direito legal de compensá-los com valores devidos pela Sociedade ao devedor, quando aplicável.

A Sociedade constituiu uma provisão para créditos de liquidação com base nos valores irrecuperáveis estimados determinados em experiências passadas de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

Composição por vencimento do contas a receber que não estão incluídos como devedores duvidosos:

	2021	2020
A vencer	874	205
Vencidos de 90 a 180 dias	624	23
Vencidos de 181 a 360 dias	24	1
Total	1.522	229

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2021	2020
Saldo no início do período	(24)	-
Perdas por redução ao valor recuperável revertidas		
Total	(24)	-

Composição por vencimento das contas a receber de clientes incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2021	2020
Vencidos a mais de 360 dias	233	233
Total	233	233

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Sociedade considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

6. ADIANTAMENTOS

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores	4	-
Adiantamento pessoa física	-	6
Total	4	6

Os adiantamentos a referen-se aos impostos não retidos de fornecedores e regularizados em Fev/2022.

7. CREDITOS TRIBUTARIOS

	2021	2020
Imposto de Renda	-	3
Total	-	3

Os impostos retidos na fonte a compensar referem-se as aplicações financeiras.

8. ESTOQUES

	2021	2020
Matéria Prima	529	936
Embalagem	188	-
Produto Acabado	114	153
Total	831	1.089

Os estoques são demonstrados considerando o valor de custo médio ponderado.

9. IMOBILIZADO

a. Composição dos saldos

		2021		2020	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias	10%	129	(116)	13	38
Instalações Industriais	10%	28	(8)	20	19
Instalações Administrativas	10%	4	(2)	2	3
Máquinas e equipamentos	10%	422	(122)	300	328
Móveis e utensílios	10%	16	(7)	9	10
Computadores e periféricos	20%	23	(13)	10	13
Total		622	(268)	354	411

O valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável.

b. Movimentação 2020

	Saldo líquido 31/12/19	Adições	Baixa	Depreciação	Saldo líquido 31/12/20
Benfeitoria	54	9		(25)	38
Instalações Industriais	21			(2)	19
Instalações Administrativas	4			(1)	3
Máquinas e equipamentos	357	1		(31)	328
Móveis e utensílios	11			(1)	10

Computadores e periféricos	16			(3)	13
Total	463	10	-	(63)	411

c. Movimentação 2021

	Saldo líquido 31/12/20	Adições	Baixa	Depreciação	Saldo líquido 31/12/21
Benfeitoria	38			(25)	13
Instalações Industriais	19	3		(2)	20
Instalações Administrativas	3			(1)	2
Máquinas e equipamentos	328	3		(31)	300
Móveis e utensílios	10			(1)	9
Computadores e periféricos	13			(3)	10
Total	411	6	-	(63)	354

A Administração considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado da Sociedade não excede ao seu valor recuperável.

10. INTANGÍVEL

a. Composição dos saldos

			2021	2020
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Licenças e Patentes	10%	1.305	-	1.305
Total		1.305	-	1.305

O valor contábil líquido do ativo intangível não excede ao seu valor recuperável.

b. Movimentação 2021

	Saldo líquido 31/12/20	Adições	Baixa	Amortização	Saldo líquido 31/12/21
Licenças e Patentes	0	1.305	-	-	1.305
Total	0	1.305	-	-	1.305

A Administração considera que o valor contábil líquido do ativo intangível da Sociedade não excede ao seu valor recuperável.

11. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores nacionais	87	1
Fornecedores matéria prima	50	-
Fornecedores outros serviços	10	-
Total	147	1

Os saldos de fornecedores referem-se a itens de matéria prima, fretes e insumos.

12. PESSOAL ENCARGOS E BENEFÍCIOS

	2021	2020
Honorários e Ordenados	3	-
INSS	2	-
Total	5	-

Os saldos de pessoal encargos e benefícios referem-se a pró labore e encargos a recolher.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2021	2020
IRPJ	12	-
IRRF / CSRF	3	-
CSLL	11	-
ICMS	44	-
PIS	4	-
COFINS	16	-
Simples Nacional	-	15
Total	90	15

14. PARCELAMENTOS

	2021	2020
Simples Nacional	107	-
ICMS	6	-
Total	113	-
Curto Prazo	29	-
Longo Prazo	84	-

Corresponde a parcelamentos fiscais inerentes ao Simples Nacional e ICMS a recolher ano calendário 2021

15. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Emprestimos partes relacionadas	1.000	1.180
Emprestimos e financiamentos	967	5.965
Total	1.967	7.145
Curto prazo	967	-
Longo prazo	1.000	7.145

Correspondente aos empréstimos e financiamentos da companhia no qual o curto prazo será liquidado até mai/2022 e a expectativa de liquidação do longo prazo será em Dez/2024, tendo como juros 1,5% ao mês.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social autorizado, subscrito e integralizado está representado por 2.478.846 (50.000 em 2020) ações ordinárias e 582.915 ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal, divididas entre seus acionistas conforme abaixo:

	<u>Ações Ordinárias</u>
Altamiro Costa Vilela Alvernaz	1.398.923
Vinícius Ruch Werneck Guimarães	9.443
José Alexandre Carneiro Borges	978.627
Rafael dos Santos Paiva Rodrigues	91.853
Total	<u>2.478.846</u>

	<u>Ações Preferenciais</u>
Marcelus Lourenço Buchmann	22.948
Victor Weber	21.780
Maria Gabriela Alonso Deccache Rose	36.728
Rafael dos Santos Paiva Rodrigues	10.934
Heraldo Pires de Albuquerque	54.495
Jorge Luís Corrêa Bastos	54.495
Edmilson Soares de Medeiros	30.631
Felipe Cassino Ferreira	30.631
Diego Coelho de Souza Duarte	27.247
Gelson Baptista Serva	54.495

Lilia de Castilho Provenzano	30.631
Milas Evangelista de Sousa	27.247
Gisele Soares	27.247
Gustavo Adolfo Villela de Castro	54.495
Terence Ronald Talbot	12.242
Fabio Machado Melchiades de Souza	54.495
Vicente Matera	15.315
Julio Cesar	1.544
Total	<u>582.915</u>

17. RECEITAS

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Venda na produção própria	4.336	1.174
Menos:		
Impostos sobre vendas	<u>(629)</u>	<u>(123)</u>
Total	<u>3.706</u>	<u>1.050</u>

A receita bruta de R\$ corresponde a R\$ 4.335.774,00(quatro milhões e trezentos e trinta e cinco mil reais e setecentos e setenta e quatro reais).

18. CUSTOS DAS ATIVIDADES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pessoal	148	113
Custos produtos / insumos	534	275
Custos gerais da fábrica	510	426
Serviços de terceiros fábrica	<u>13</u>	<u>157</u>
Total	<u>1.206</u>	<u>971</u>

Os custos de produção do período são alocados em toda a linha de produtos da Empresa, utilizando a metodologia de valor de vendas relativo.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas e gerais incorridas do período de apuração encontram-se divididas da seguinte maneira:

	2021	2020
Prestação de serviços	1.036	437
Alugueis	19	22
Condominio	16	20
Depreciação	4	4
Lanches e refeições	50	30
Material de escritório	8	8
Honorários contábeis	49	31
Consultoria	914	525
Amostra grátis / Bonificação	129	-
PCE	24	-
Ajuses de inventário	113	-
Outros	120	23
Total	2.482	1.100

20. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas com vendas encontram-se divididas da seguinte maneira:

	2021	2020
Passagens e transportes	39	17
Hospedagens	30	45
Locação de veículos	23	6
Total	92	68

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras	66	5
Despesas financeiras	(222)	(92)
Total	(156)	(87)

O resultado é devido as receitas financeiras oriundas de aplicações financeiras, descontos obtidos junto a fornecedores e juros recebidos de clientes e despesas financeiras oriundas de pagamentos de juros e multa, tarifas bancarias e descontos concedidos.

22. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

Outros resultados incorridos no período encontram-se apresentados da seguinte maneira:

	2021	2020
Outras receitas	-	-
Outras despesas	(45)	-
Total	<u>(45)</u>	<u>0</u>

23. COBERTURA DE SEGUROS

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por montantes considerados pela Administração como suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 06 de janeiro de 2022 fora realizada uma assembleia geral extraordinária na qual fora aprovada o aumento do capital social da companhia em R\$ 450.000,00(quatrocentos e cinquenta mil reais), mediante a criação de 36.741 (trinta e seis mil, setecentas e quarenta e uma) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$12,247897 (doze reais, vinte e quatro centavos e outros décimos de centavos) cada (“Preço de Emissão”).

A totalidade do aumento de capital seria subscrito e integralizado, em iguais proporções, a priori, exclusivamente, pelos Srs. (a) Edmilson Soares de Medeiros, (b) Jorge Luís Corrêa Bastos e (c) Milas Evangelista de Sousa, mediante a conversão de créditos existentes em face da Companhia.
